

*Condition humaine / conditions politiques*  
*Revue internationale d'anthropologie du politique*

Chamada de artigos para o dossiê

**«Antropologias anarquistas»**

Alizé LACOSTE JEANSON (Instituto de Investigaciones Antropológicas, Universidad Nacional Autónoma de México ; PACEA UMR 5199, CNRS – Université de Bordeaux – Ministère de la Culture), [alizelj@iia.unam.mx](mailto:alizelj@iia.unam.mx)

Léo MARIANI (MNHN, UMR Paloc, IRD – MNHN – CNRS), [leo.mariani@mnhn.fr](mailto:leo.mariani@mnhn.fr)

Este dossiê da revista *Condition humaine / Conditions politiques* parte de uma constatação partilhada: há vários anos que um conjunto de investigações antropológicas, frequentemente qualificadas de «anarquistas» sem, no entanto, constituírem uma corrente homogênea, participam numa mesma mudança de perspetiva. Questionam formas de construir o mundo, de produzir conhecimento e de coexistir que não tomam nem o Estado, nem a dominação, nem a centralização do poder como horizontes necessários ou evidentes. Falar de «antropologias anarquistas» não visa, portanto, instituir uma nova escola, nem estabilizar uma definição doutrinária do anarquismo, mas abrir um espaço de discussão pluralista em torno de práticas de investigação que experimentam formas concretas de não dominação, autonomia e coexistência.

O interesse renovado por estas antropologias não se deve a um simples efeito conjuntural nem a uma homenagem às figuras recentemente desaparecidas de David Graeber (2020), Marshall Sahlins (2021) ou James C. Scott (2024). Testemunha, mais profundamente, uma reorientação das questões antropológicas contemporâneas, num contexto marcado pela intensificação das formas de poder, pela multiplicação das crises ecológicas e pelo questionamento dos modelos dominantes de governo, desenvolvimento e produção de conhecimento. Esta reorientação já se manifestou em vários projetos editoriais recentes, que contribuíram para estruturar os debates entre antropologia e anarquismo. O número «Anthropologie et anarchisme» do *Journal des Anthropologues* (2018) propôs uma primeira discussão disciplinar, frequentemente centrada em campos explicitamente anarquistas ou autonomistas. O dossiê da *Revue du MAUSS* (2023/2) abordou estas questões numa perspetiva maioritariamente teórica e de filosofia política, enquanto as discussões recentes

em torno da obra de Pierre Clastres, nomeadamente nos *Cahiers d'anthropologie sociale* (2025), questionam os fundamentos e os limites da antropologia política. As propostas de Holly High e Joshua O. Reno (2023) inscrevem-se também neste panorama, analisando em particular o legado de David Graeber.

A presente proposta situa-se em diálogo explícito com estes trabalhos, ao mesmo tempo que propõe um deslocamento complementar. Em vez de tomar como objeto central o anarquismo como forma política ou como tradição intelectual, trata-se de orientar a atenção para a prática da nossa própria disciplina: é possível uma antropologia sem *a priori* autoritário e/ou normativo? Como e com que implicações? Por outras palavras, o que está em jogo não é estabelecer um panorama exaustivo da produção existente, mas problematizar um ângulo ainda pouco explorado: o do anarquismo como postura metodológica e epistémica na antropologia (a disciplina é aqui entendida em todo o seu perímetro, incluindo antropologias biológicas, culturais e/ou sociais; e aberta, nomeadamente, à história e à arqueologia). Não são tanto as teorias anarquistas que serão assim questionadas, mas sim as implicações de um «anarquismo metodológico» (Feyerabend, 1988): o que o anarquismo faz/pode fazer às formas de investigar, conhecer, raciocinar, escrever e, de um modo mais geral, dar conta do real em antropologia.

Assim, o dossiê será organizado em torno de investigações que não neguem as lógicas de submissão, dominação, adesão ou reprodução, nem o lugar esmagador que estas ocupam hoje, mas que reconheçam os fundamentos políticos e históricos desta precedência ontológica, contestando simultaneamente a sua dominação epistémica. Trata-se, em suma, de reencontrar a essência da «revolução copernicana» proposta por Pierre Clastres (1974) na sua época: o poder e a dominação não são fatalidades, mas fazer existir formas sociais (individuais e coletivas) e/ou científicas que os mantenham à distância exige esforços intelectuais e práticos consideráveis. Nesse sentido, pretendemos projetar a própria antropologia para um horizonte de emancipação. Estamos convencidas, de facto, de que a disciplina pode e deve contribuir para pensar mundos melhores e agir em prol deles, sem subestimar a exigência epistémica e o rigor intelectual que tal objetivo implica. Importa, assim, abraçar a postura de «intelectuais radicais» defendida por David Graeber (2018).

Nesta perspetiva, propomos dois eixos potencialmente congruentes para as propostas. Mas parece-nos que todas as que respeitem o quadro que acabámos de esboçar devem ser consideradas.

1. O primeiro eixo diz diretamente respeito às formas de fazer investigação. As antropologias anarquistas envolvem éticas relacionais e formas de colaboração que deslocam a posição do antropólogo. Experiências de co-escrita (Kopenawa e Albert, 2010) e de investigação-ação participativa (Fals Borda e Anisur Rahman, 1991) já

demonstraram como a produção de conhecimento pode libertar-se da verticalidade académica e promover a reciprocidade, a confiança e a responsabilidade partilhada. Estas abordagens não constituem meras escolhas metodológicas: questionam as hierarquias entre conhecimentos especializados e leigos, entre analistas e analisados, e colocam a questão, delicada mas central, do que significa realmente «levar as pessoas a sério» (Fujigaki Lares *et al.* 2014; Mariani, 2024). Como «levar as pessoas a sério» a partir de uma epistemologia e de uma ontologia que, por definição e em relação a elas, hierarquizam as outras formas de conhecimento e de estar no mundo?

Como fazer valer conhecimentos que não são científicos em arenas globalmente estruturadas pela ciência e em torno dela; sobretudo num período marcado pelo auge dos pós-realismos e pela tensão correlativa dos valores do positivismo ou do cientificismo? Parece-nos, em todo o caso, que a antropologia está particularmente bem equipada para abordar estas questões, porque a sua «razão empírica» (Olivier de Sardan, 2026) lhe confere uma flexibilidade única, e porque, historicamente, tem um pé nas chamadas ciências exatas e outro nas ciências humanas e sociais.

É claro que estas interrogações estão em estreita ressonância com as levantadas pelas epistemologias descoloniais, pelas investigações provenientes do Sul e pelas propostas do pluriverso, que convidam a reconhecer a pluralidade das ontologias e dos regimes de verdade (Smith, 1999; Sousa Santos, 2011; Wall Kimmerer, 2013; de la Cadena, 2015; Escobar, 2018). Poder-se-ia até perguntar se estas epistemologias não constituem, de certa forma, os «anarquismos do Sul» — no mínimo, a questão merece ser colocada. As antropologias anarquistas partilham com estas abordagens uma recusa da imposição de um mundo único governado por uma racionalidade dominante, e uma atenção às múltiplas formas de habitar a terra. Convidam a deixar que outros conceitos — floresta, rio, antepassado, território, fogo — sejam operadores de análise (e, por vezes, operadores jurídicos) por direito próprio, e a conceber a investigação como uma prática de acompanhamento e/ou de diálogo crítico, em vez de um instrumento de captura.

2. O segundo eixo desta proposta diz respeito mais diretamente ao «olhar anarquista», às suas implicações epistémicas e às propostas de interpretação que pode ajudar a suscitar. Observar o mundo tendo «provincializado» o Estado e o poder tal como maioritariamente os conhecemos hoje, é de facto supor que ele pôde, que poderia ter sido ou que ainda poderia «ser de outra forma». Trata-se, portanto, de um convite a reler, por um lado, um certo número de factos, testemunhos e análises históricas; e, por outro lado, a interrogar o estado atual das possibilidades.

Se o Estado e a dominação não são fatalidades, é preciso, de facto, perguntar-se por que (e como) podem dar a impressão de o ser; questionar as suas condições de existência e de implantação. Nesse sentido, parece-nos que um olhar anarquista deve centrar-se, em particular, nas «incompatibilidades», nos pontos de atrito que permitem distinguir, num mesmo movimento, as qualidades específicas do poder centralizado e as das potencialidades ou propostas que este tem de negar para existir. James C. Scott (2013, 2017) apresentou numerosos e detalhados exemplos deste tipo de abordagem crítica; opondo lógicas estatais e capitalistas homogeneizadoras e simplificadoras a formas de construir o mundo mais fundamentalmente heterogéneas, fugazes e que procuram frequentemente prolongar-se nessa heterogeneidade.

Foi, aliás, sugerido que é necessário explorar estas dinâmicas contraditórias muito para além das formas subjetivas ou sociais, numa linha materialista que preste atenção às infraestruturas, às topografias, à agronomia, à biologia ou às técnicas. Existe, em todo o caso, uma incompatibilidade fundamental entre o poder e a diversidade (biológica, social ou ontológica), pois a segunda aumenta geralmente à medida que a intensidade do primeiro diminui (Mariani, 2024). É às variações proteiformes desta tensão profunda que propomos aqui prestar atenção. Ao assumir assim como objetivo descrever o que resiste ou o que efetivamente escapa, ou o que é suscetível de resistir ou escapar a um poder centralizado, pressupõe-se que a história e o futuro do mundo se jogam nas escolhas, nos momentos em que uma ou outra direção se impõe. Admita-se também que uma das implicações de um olhar anarquista é confrontar sempre o que é com o que poderia ter sido. E abrir assim uma reflexão sobre as condições de possibilidade de mundos habitáveis, humanos e outros que não humanos.

Este número especial pretende, assim, ser um espaço de reflexão à imagem das próprias antropologias que explora: plural, não normativo e resolutamente enraizado em investigações precisas. Acolherá contribuições etnográficas, historiográficas ou metodológicas que questionem, a partir de um olhar situado e crítico, o que uma sensibilidade anarquista pode fazer pela antropologia em geral e pelos diferentes mundos em que esta se insere. Ao refletir sobre as condições de uma prática académica mais horizontal e as suas implicações, pretende desse modo contribuir para o desenvolvimento de um pluralismo epistémico (Graeber, 2015) que não seja (apenas) um relativismo ontológico.

### **Condições de submissão**

Os autores são convidados a enviar, **até 15 de junho**:

- um resumo de cerca de 3000 caracteres, especificando o âmbito, a metodologia e a argumentação (documento em Word ou LibreOffice), acompanhado de uma breve bibliografia;

· uma breve biografia do autor (150 palavras).

Devem incluir o nome do autor/a, a sua afiliação profissional e o seu endereço de e-mail, e ser enviadas para [redaction.ch-cp@ehess.fr](mailto:redaction.ch-cp@ehess.fr), [leo.mariani@mnhn.fr](mailto:leo.mariani@mnhn.fr) e [alizerj@iia.unam.mx](mailto:alizerj@iia.unam.mx), com a menção «CH/CP – Antropologias anarquistas» no assunto da mensagem. Receberão uma resposta em **6 de julho**.

Os artigos completos, redigidos em uma das línguas da revista (francês, inglês, italiano, espanhol ou português), devem ter entre 25.000 e 40.000 caracteres (incluindo notas e bibliografia). Devem ser originais e inéditos, e estar em conformidade com as normas editoriais da revista, disponíveis no seu site: <https://revues.mshparisnord.fr/chcp/index.php?id=99>.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo de aproximadamente 3.000 caracteres, em francês e em inglês (bem como na língua do artigo, se esta for diferente). Devem ser entregues até **15 de outubro** o mais tardar.

O procedimento está, portanto, organizado em duas fases. Em colaboração com o comité de redação, os coordenadores e coordenadoras farão uma seleção das propostas de contribuições com base nos resumos recebidos. As contribuições selecionadas serão depois avaliadas através de um procedimento de dupla cega.

Calendário:

- Recebimento dos resumos das contribuições: **15 de junho**
- Resposta: **6 de julho**
- Entrega dos artigos: **15 de outubro**

### **Bibliografia**

CAHIER D'ANTHROPOLOGIE SOCIALE, « Pierre Clastres en héritage », Paris, L'Herne, 22, 2025.

CLASTRES Pierre, *La Société contre l'État*, Paris, Éditions de Minuit, 1974.

ESCOBAR Arturo, *Sentir-penser avec la Terre : une écologie au-delà de l'Occident*, Paris, Seuil, 2018 (2014).

DE LA CADENA Marisol, *Earth Beings: Ecologies of Practice Across Andean Worlds*. Durham ; Londres, Duke University Press, 2015.

FALS BORDA Orlando, ANISUR RAHMAN Mohammad, *Action and Knowledge: Breaking the Monopoly With Participatory Action-Research*, New York, Apex Press, 1991.

FEYERBAND Paul, *Contre la méthode. Esquisse d'une théorie anarchiste de la connaissance*, Paris, Seuil, 1988 (1975).

*JOURNAL DES ANTHROPOLOGUES*, « Anthropologie et anarchisme », Paris, Association Française des Anthropologues, 152-153, 1, 2018.

FUJIGAKI Lares Alejandro, MARTINEZ Isabel., SALAZAR GONZÁLEZ Denisse, « Llevar a serio... Contra el infierno metafísico de la antropología: Entrevista con Eduardo Viveiros de Castro », *Anales de Antropología*, 48, 2, 2014, p. 219-244.

GRAEBER David, *Pour une anthropologie anarchiste*, Montréal, Lux, 2006 (2004).

GRABER David, « Radical alterity is just another way of saying « reality ». A reply to Eduardo Viveiros de Castro », *Hau. Journal of Ethnographic Theory*, 5, 2, 2015, p. 1-41.

HIGH Holly, RENO Joshua O. (dir.), *As If Already Free: Anthropology and Activism After David Graeber*, Londres, Pluto Press, 2023.

KIMMERER Robin Wall, *Braiding Sweetgrass: Indigenous Wisdom, Scientific Knowledge, and the Teachings of Plants*, Minneapolis, Milkweed Editions, 2013.

KOPENAWA Davi, ALBERT Bruce, *La Chute du ciel : Paroles d'un chaman yanomami*, Paris, Plon, 2010.

OLIVIER DE SARDAN Jean-Pierre, 2026, « Les études décoloniales face à la raison empirique : l'obsession épistémologique », *L'Homme*, 3-4, 255-256, 2026, p. 191-238.

MARIANI Léo, *Devenir hétéronomes. Sur la pluralité des mondes*, Sesto San Giovanni, Mimésis, 2024.

*REVUE DU MAUSS*, « « Faut plus d'gouvernement ? » : Penser le moment anarchiste contemporain », Paris, Éditions Le Bord de l'eau, 62, 2, 2023.

SCOTT James Campbell, *Zomia ou l'art de ne pas être gouverné. Une histoire anarchiste des hautes terres d'Asie du Sud-est*, Paris, Point, 2013 (2009).

SCOTT James Campbell, *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*, New Haven, Yale University Press, 2017.

SMITH Linda Tuhiwai, *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*, Londres, New York, Zed Books, 1999.